



PROCESSO N.º : 2014001673
INTERESSADO : DEPUTADO FRANCISCO JR
ASSUNTO : Dispõe sobre a proibição de que Postos de Combustíveis
abasteçam combustível nos veículos após ser acionada a
trava de segurança da bomba de abastecimento.
CONTROLE : Rproc

RELATÓRIO

Versam os autos sobre projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Francisco Jr, proibindo, no âmbito do Estado de Goiás, que postos de combustíveis permitam preencher o tanque de combustível dos veículos após o travamento automático de segurança da bomba de abastecimento.

Segundo dispõe a proposição, o descumprimento desta norma ensejará a aplicação de pena de multa no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), aplicada em dobro no caso de reincidência.

A justificativa da proposição menciona que é costume o abastecimento do tanque de combustível além do limite máximo do tanque, o que é uma medida que traz perigos à saúde humana e prejudica o meio ambiente. Sendo assim, a aprovação desta matéria irá beneficiar os frentistas, consumidores e o meio ambiente.

Essa é a síntese da proposição em análise.

A matéria tratada nesta proposição está inserida, constitucionalmente, no âmbito da competência legislativa concorrente prevista no **art. 24, incisos VIII e XII, da Constituição Federal**, que dispõe que compete à União e aos Estados legislar concorrentemente sobre **meio ambiente e proteção e**



defesa da saúde, razão pela qual cabe a União estabelecer normas gerais e aos Estados exercer a competência suplementar, sendo que, inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

Neste sentido, releva observar que a matéria pertinente à proibição de abastecimento de veículos após o acionamento da trava de segurança não se inclui no âmbito de normas gerais sobre este tema. Tem-se, nesse caso, uma questão específica, inserida no âmbito da competência concorrente dos Estados (art. 24, incisos VIII e XII, da CF).

Por tais razões, entendemos que não há impedimento constitucional ou legal para aprovação do projeto em análise, o qual é plenamente compatível com o sistema constitucional vigente. Contudo, para ser aprovado, o projeto precisa de algumas alterações, com a finalidade de aprimorá-lo formalmente, motivo pelo qual apresentamos as seguintes emendas:

1ª – EMENDA MODIFICATIVA: a ementa passa a ter a seguinte redação:

“Dispõe sobre a proibição do abastecimento de veículo após o acionamento da trava de segurança da bomba de abastecimento.”

2ª – EMENDA MODIFICATIVA: o parágrafo único do art. 2º passa a ter a seguinte redação:

*“Art. 2º
Parágrafo único. Os valores resultantes da aplicação da multa prevista no caput deste artigo serão recolhidos em favor do Tesouro Estadual.”*



3ª – EMENDA SUPRESSIVA: fica suprimido o art. 3º da proposição.

Isto posto, com a adoção das emendas ora apresentadas, somos pela constitucionalidade e juridicidade do projeto de lei em pauta. É o relatório.

SALA DAS COMISSÕES, em 13 de Maio de 2014.

Deputado CARLOS ANTÔNIO
Relator

mtc